

O uso de **Indicadores** para a **Sustentabilidade do Turismo** em **Áreas Naturais Protegidas**: O caso dos Parques da Região Centro de Portugal

LUÍS HENRIQUE DE SOUZA * [luishenrique@unb.br]

ELISABETH KASTENHOLZ ** [ekast@egi.ua.pt]

Resumo | Este artigo propõe uma discussão sobre o uso de indicadores para a gestão sustentável do turismo em Áreas Naturais Protegidas (ANP's). A gestão da atividade turística nestes territórios é intrinsecamente complexa, com inúmeras vertentes a serem consideradas. Neste contexto, realizou-se um estudo de caso nas ANP's do Centro de Portugal com o objetivo de avaliar a importância que os seus funcionários atribuem aos indicadores das vertentes ambiental, social e econômica da sustentabilidade. O artigo também procura investigar se estes indicadores possuem o mesmo grau de importância para todas as dimensões da sustentabilidade. Aprofundando a análise, foram identificados dois tipos de ANP's na região: ANP's do turismo "massificado" e "não massificado" e avaliou-se, dessa forma, o grau de importância atribuída aos indicadores segundo esta tipologia. Para tanto, aplicou-se uma metodologia descritiva mediante coleta de dados por questionário, entrevista e observação direta. Conclui-se que há um desequilíbrio em termos da importância atribuída às diversas dimensões da sustentabilidade, medidas através dos indicadores, havendo, porém, avaliações distintas conforme a tipologia da ANP. Por outro lado, defende-se que o desenvolvimento do turismo em ANP's deve estabelecer uma gestão equilibrada, visando os objetivos de todas as dimensões da sustentabilidade, com base numa monitorização de um conjunto completo de indicadores.

Palavras-chave | Área Natural Protegida, Turismo de Natureza, Planejamento, Indicadores de Sustentabilidade.

Abstract | This paper discusses the use of indicators for sustainable tourism in Natural Protected Areas (NPA's). The management of tourism in these areas is inherently complex, requiring the consideration of a large variety of aspects. In this context, this paper presents a study conducted in Natural Protected Areas in the Central Region of Portugal that revealed the importance employees of these Areas attribute to environmental, social and economic indicators of sustainable tourism. The article also investigates whether these indicators have the same degree of importance for all sustainability dimensions. More specifically, two types of NPA's were identified within the region: NPA's with "mass tourism" and

* **Mestre em Turismo** pela Universidade de Aveiro e **Docente** do Núcleo de Turismo da Universidade Federal de Sergipe, Brasil.

** **Doutorada em Turismo** pela Universidade de Aveiro e **Docente** do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

those not visited by large visitor numbers (“non mass” tourism NPA’s). These two types were then compared in terms of importance attributed to all sustainability indicators. The study relies mainly on a descriptive methodology, including data collected via survey, interviews and direct observation. The results reveal a relative imbalance in terms of importance given to the diverse dimensions of sustainability, as measured by the respective indicators, although differences between the two types of NPA could be shown. On the other hand, the paper argues that the development of tourism in NPA should establish a balanced management between all dimensions of sustainability, which should be continuously controlled through a complete set of indicators

Keywords | Natural Protected Area, Nature Tourism, Planning, Sustainable Indicators.

1. Introdução

Processos de decisão em gestão implicam riscos e a tomada de decisão bem sucedida origina-se a partir de esforços em minimizá-los. Habitualmente, os gestores procuram limitar os riscos da decisão a uma faixa tolerável, conhecidos por “riscos calculados”. As decisões estendem-se num cenário diverso, desde as rotineiras até aquelas mais complexas, onde convergem forças emocionais, racionais, circunstanciais, intuitivas e cognitivas. Neste processo há sempre a presença de elementos previsíveis e imprevisíveis, congregando uma panóplia de opções e alternativas. O gestor, perante esta complexidade, necessita de informação. Os gestores devem procurar minimizar o risco através da busca de informação capaz de reduzir a incerteza (Hammond *et al.*, 1999). Os dados representam os *inputs* ou matéria-prima da informação e, normalmente, a sua coleta e manutenção representam custos. De acordo com Wilson (1997), a partir do momento em que os dados são processados convertem-se em informação e esta, por sua vez, gera conhecimento.

Com estes pressupostos e, considerando o turismo como uma prática que utiliza os recursos naturais e culturais dos destinos, tem-se exigido uma maior atenção à sistematização de indicadores destinados à monitorização do desempenho da atividade turística. Assim, torna-se possível o desenvolvimento de um sistema de informação que suporte a tomada de decisão visando a sustentabilidade dos destinos turísticos.

Nesta premissa, pretende-se, neste artigo, discutir o processo de desenvolvimento de indicadores como estrutura integrante ao planejamento e a gestão do turismo e, de modo semelhante, traduzir a função dos indicadores como um importante contributo para propiciar o desenvolvimento sustentável do destino. De acordo com a WTO (2004), os indicadores de sustentabilidade ganharam importância após o relatório Comissão *Brundtland* e com o advento da “Agenda 21” pela Conferência do Rio 92.

Importa salientar que é necessária a adaptação do sistema de indicadores à realidade e às especificidades de cada destino. Multiplicar indicadores aleatoriamente, através da simples replicação, está na origem de muitos insucessos dessa prática, uma vez que a sistematização de indicadores deve ser norteadora e não prescritiva de soluções miraculosas. No âmbito do estudo aqui apresentado, aborda-se a utilização de indicadores para o caso particular do turismo em Áreas Naturais Protegidas (ANP’s) e a inserção destes indicadores no processo de planejamento.

2. Indicadores e as suas implicações na tomada de decisão em turismo

De acordo com a WTO (2004), o planejamento e a gestão do turismo têm-se, em muitas situações, baseado num baixo nível de informação, designadamente no que respeita aos impactos e a

manutenção a longo prazo dos recursos que tornam um destino atrativo. Desta forma, aponta-se para o desenvolvimento de indicadores para compor a base de informação necessária para a gestão do turismo. Procura-se, ainda, uma perspectiva de produzir uma experiência turística de qualidade, em consonância com as exigências do perfil pós-moderno da procura turística, além de atingir os objetivos da sustentabilidade. No turismo, são assim definidos indicadores:

Medidas vigentes que alertam para situações iminentes ou problemas e necessidades potenciais para a tomada de ações. Indicadores possibilitam a medição dos resultados das nossas ações e representam um conjunto de informações as quais são formalmente selecionadas para serem utilizadas numa base regular, com vista a medir modificações que são importantes para a gestão e o desenvolvimento do turismo (WTO, 2004: 8).

Os indicadores sinalizam advertências para os destinos, no sentido de antecipar problemas e sugerir a tomada de ações preventivas. Este aspecto revela-se de grande importância, dada a característica de volatilidade inerente ao turismo. Sobre isso, destaca Manning (2004: 74): *“A indústria do turismo é volátil e os gestores dos destinos necessitam de avisos antecipados, se pretendem ser hábeis a responder com eficiência às mudanças que colocam a indústria e os destinos em risco. Uma resposta prática a essa questão baseia-se no uso de indicadores.”* Em termos gerais, essa volatilidade afeta em maior grau os destinos do que propriamente as empresas responsáveis pela distribuição e comercialização do produto turístico, uma vez que possuem capacidade de manobra para substituir destinos por outros com riscos menores.

A simbiose entre turismo e as qualificações ambiental, social e paisagística dos destinos, além da conservação dos seus recursos a longo prazo, requerem um significativo esforço de monitorização

contínua, de forma a garantir o alcance dos objetivos e metas definidos no processo de planeamento. Embora possam representar um desafio significativo aos destinos, envolvendo uma considerável parcela do tempo do planeamento, o uso de um sistema de indicadores traz benefícios como: melhoria na tomada de decisões, possibilitando riscos calculados; identificação dos problemas emergentes; prevenção; identificação dos impactos, alerta para ações corretivas quando necessário; medição da performance da implementação de planos e das atividades de gestão; avaliação do progresso da sustentabilidade no turismo; incentivo à responsabilidade, propiciando uma informação credível para o turista e os restantes *stakeholders* do turismo (WTO, 2004).

No que respeita à aplicação de indicadores, a WTO estabelece a seguinte classificação:

a) Níveis de abrangência

Os indicadores podem apoiar a tomada de decisão a diferentes níveis hierárquicos da organização turística dos países, estendendo-se desde o nível nacional, regional até locais específicos de uso turístico dentro do destino, podendo envolver, também, a indústria do turismo local.

Com esta abordagem, os indicadores contribuem sensivelmente para a análise comparativa de *benchmarking*, e estimulam a competitividade entre os destinos. No entanto, deve-se fazer a ressalva quanto à necessidade de padronização da metodologia de uso do indicador, para evitar distorções entre as comparações. Uma iniciativa que procura atenuar este problema advém da Conta Satélite do Turismo (CST), desenvolvida com vista a *“avaliar em detalhe todas as vertentes da procura de bens e de serviços que poderiam estar associados ao turismo no âmbito de uma economia de compilação”* (WTO, 1999: 15). A CST preconiza o estabelecimento de classificações e delimitações no que respeita ao consumo turístico e a sua localização, pretendendo, assim, através de “quadros de conceitos” fornecer os critérios para as comparações internacionais.

b) Técnicas de medição de indicadores

Um dos objetivos da gestão por indicadores é tornar tangíveis os resultados e progressos do planejamento. Com base numa clara definição dos indicadores e instrumentos de medida, é possível definir até que ponto as metas foram alcançadas. Assim, o indicador deve ser medível, empregando-se não apenas técnicas quantitativas mas também qualitativas como mecanismos para esse fim.

A aplicação de indicadores de suporte à gestão do turismo experimenta uma considerável adesão em todo o mundo, com registros de uso por parte de governos, instituições acadêmicas, indústria do turismo, *etc.*, ocupando espaços no âmbito das políticas de desenvolvimento para o setor, na regulamentação e no estabelecimento de certificações e padrões. Nesse âmbito, a WTO tem sistematizado o uso de indicadores para gerir o turismo de forma sustentável desde os anos de 1990, desenvolvendo sinergias com diversos organismos internacionais (IUCN, *International Union for Conservation of Nature*; UNEP, *United Nations Environment Programme*; WTTC, *World Travel & Tourism Council*) e ONG's.

Em 1995, a WTO e a WTTC publicaram a "Agenda 21 para o turismo", apresentando a definição de indicadores como umas das ações prioritárias em termos de ferramenta principal para a monitorização. No ano seguinte, a WTO publica o manual "*What Managers need to Know: a practical guide to the development of indicators of sustainable tourism*" resultante das experiências com "Indicadores Sustentáveis do Turismo" aplicados em diversos países. A ênfase reside na padronização de indicadores-chave associados à monitorização dos seguintes parâmetros: proteção da área, intensidade de uso, impactos sociais, processo de planejamento, gestão dos resíduos, ecossistemas críticos, satisfação da comunidade local, satisfação dos turistas e contribuição do turismo para a economia local (WTO, 1996).

Em 2004, a WTO publica "*Indicators of sustainable development for tourism destinations: a guideline*" como resultado da experiência de uma

década de trabalho entre estudos e *workshops* sobre o tema. Neste guia encontram-se experiências sobre o uso de indicadores para o turismo nos trabalhos da Agência Europeia do Ambiente e da *Voluntary Initiative for Sustainability in Tourism (VISIT)*, da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas – *Commission on Sustainable Development (CSD)*, das iniciativas de operadores turísticos, sobressaindo-se os indicadores de desempenho elaborados pela *Global Reporting Initiative (GRI)* e das publicações de diversos autores que relatam experiências e pontos de vista acerca da utilização de indicadores convergentes à prática do turismo sustentável. Em linhas gerais, os indicadores trabalhados pelos autores permeiam a triangulação entre os interesses da parte dos residentes nos destinos, dos turistas, enquanto participantes de uma experiência e da indústria do turismo, o qual passa a adotar práticas para um turismo mais responsável em suas operações.

3. A relevância dos indicadores de sustentabilidade para o Turismo em ANP's

É consensual na literatura da especialidade (Costa, 2001; Inskip, 1991; Wearing e Neil, 2001) que o planejamento do turismo é condição imprescindível para a consecução de um turismo sustentável. Esta questão torna-se ainda mais relevante para as ANP's face às fragilidades ambientais dos seus ecossistemas e pelas características socioeconômicas das populações que vivem no entorno e no interior de muitas ANP's.

De acordo com o IUCN, ANP é definida como "uma área de terra ou mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica, e dos recursos naturais e culturais associados e geridos através de dispositivos legais ou outros meios efetivos" (IUCN e UNEP, 2003: 2). Estes territórios abrigam bens de valor universal e muitas vezes ocorrem fenômenos ou manifestações da natureza

considerados únicos. Segundo estas condições, emerge a imagem de “santuário” das ANP’S, uma vez que estes espaços estão associados aos últimos resquícios de “tesouros” biofísicos da Terra.

No entanto, ao longo das últimas décadas, esta imagem tem representado a força motriz atrativa de fluxos turísticos que proporcionam múltiplas possibilidades de desenvolvimento à ANP e à população de seu entorno designadamente rural. Diversos autores (Figueiredo, 2003; Fennel, 1999; Boo, 2002; McNeely *et al.*, 1992) apontam para a existência de uma vocação turística das ANP’s e o registo da prática do lazer nestes espaços remonta aos primeiros parques criados no Século XIX. Strom (1980, cit. em Wearing e Neil, 2001: 65), salienta que o Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872, foi originalmente concebido como “*área de lazer para o benefício e a satisfação das pessoas [...] para aproveitamento dos turistas e dos que buscam prazer*”. No entanto, a procura turística por este e pelos demais parques pioneiros não representava ameaças significativas aos bens naturais protegidos devido à baixa popularidade deste tipo de atividade e as dificuldades de acesso existentes.

As transformações socioeconômicas que avassalaram todo o século XX imprimiram um redirecionamento das funções das ANP’s. O foco mudou da posição centralizada no lazer para motivações que assentam na conservação dos valores naturais. Apesar destas novas preocupações, o turismo permanecia como um argumento pulsante à criação de parques nacionais, principalmente na Europa, após 1960 (Richez, 1992). Nesta perspectiva, emerge a questão paradoxal que envolve a prática do turismo nas ANP’s: existe compatibilidade entre a proteção da natureza e a prática do turismo cada vez mais intensiva nas áreas naturais, ou seja, para a prática do turismo de natureza? Entende-se aqui como turismo de natureza como aquele que “depende diretamente dos recursos naturais no seu estado relativamente original, incluindo a paisagem como um todo, os aspectos topográficos, a vegetação e a fauna selvagem” (Pires, 2002: 126).

Uma vez que os espaços classificados e dotados de legislação específica com vista à proteção devem tornar-se imunes à exploração e à degradação, como é que as ANP’s devem posicionar-se face ao turismo e ao seu perfil frequentemente consumista de recursos naturais?

Por este raciocínio, emerge a necessidade de adequar as ANP’s a princípios e premissas semelhantes àqueles encontrados na concepção teórica do ecoturismo, adaptando um modelo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade. De acordo com a literatura (Boo, 2002; Diamantis, 2004; Fennel, 1999; Lindberg *et al.*, 1996; McNeely, 1992; Wearing e Neil, 2001) o ecoturismo corresponde a uma prática responsável do turismo com objetivos que se baseiam na conciliação de quatro dimensões fundamentais:

- (a) Contribuir para a conservação dos recursos ambientais e socioculturais, através da diminuição dos impactos negativos nesses recursos e aplicação das receitas obtidas com a atividade nos programas de conservação ambiental;
- (b) Otimizar os benefícios econômicos para a população local;
- (c) Promover a educação ambiental;
- (d) Ampliar a experiência dos turistas.

Por seu turno, para que o ecoturismo compatibilize conservação e benefícios econômicos, a ANP deve ser administrada, supervisionada e controlada rigorosamente, e sobretudo manter uma prática ética que faça ecoar as vozes do modelo de desenvolvimento sustentável frente às pressões impostas pelo antropocentrismo. Considerando-se a fragilidade ambiental das ANP’s e as especificidades socioeconômicas da sua comunidade autóctone, evidencia-se a necessidade para convergir esforços no sentido de estender o planeamento turístico nas ANP’s sobre todos os componentes da sustentabilidade. Neste sentido, o turismo assume maiores possibilidades de induzir desenvolvimento e promover a conservação, quando o seu planeamento considerar,

de forma equilibrada, não só a experiência turística mas também os seus reflexos no contexto social, económico e ambiental subjacente ao território da ANP e de seu entorno.

Uma forma de manter uma coesão entre planeamento e cumprimento dos objetivos da sustentabilidade relaciona-se com a monitorização sistemática do percurso traçado pela atividade turística na ANP. Se o planeamento é de base sustentável, a monitorização passa pelo acompanhamento das vertentes que expressam a sustentabilidade do turismo. A implementação de um sistema de indicadores capaz de acompanhar o desenvolvimento do turismo à luz das vertentes ambientais, sociais e económicos sinaliza o quanto o planeamento é eficaz na condução da sustentabilidade do turismo na ANP.

Neste sentido, a monitorização de indicadores que reflitam de forma equilibrada as vertentes acima referidas torna-se indispensável para os gestores das ANP's conduzirem o turismo de forma sustentável. Assim, a WTO defende que: *"Os princípios da sustentabilidade se referem aos aspectos ambiental, económico e sociocultural do desenvolvimento turístico, sendo necessário estabelecer um equilíbrio adequado entre essas três dimensões para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo."* (WTO, 2004).

Muitos autores defendem uma gestão equilibrada entre as dimensões da sustentabilidade (Ross e Wall, 1999; Choi e Sirakaya, 2006) e concluem em seus estudos empíricos que as falhas mais comuns na criação de índices de sustentabilidade em turismo deve-se ao fato destes indicadores não incorporarem de forma integrada todas as dimensões da sustentabilidade. Para Choi e Sirakaya (2006), a maioria dos indicadores disponíveis focam as dimensões ambientais e económicas, entretanto, os autores enfatizam a necessidade de um acompanhamento holístico, ampliando o controle para a dimensão social, cultural, tecnológica e política. "A sustentabilidade é vista como um fenómeno social, cultural, económico, ecológico, tecnológico e político e deve ser estudado dentro de uma ferramenta de planeamento suportada por

pesquisa, gestão e monitoramento interdisciplinar" (Choi e Sirakaya, 2006).

Dessa forma, no sentido de incentivar um planeamento mais eficaz do turismo em ANP's, desenvolvem-se indicadores relacionados com as principais vertentes da sustentabilidade e que possam propiciar *feedback* ao trabalho dos gestores destas áreas no sentido de prover "informação" que assegure a monitorização do turismo e de seus impactos no meio ambiente natural e no tecido socioeconómico dos destinos subjacentes às ANP's.

4. Estudo empírico sobre a aplicação de indicadores de sustentabilidade em ANPs na Região Centro de Portugal

4.1. Metodologia

Esta pesquisa apresentou um perfil predominantemente descritivo com base num estudo de caso realizado nas ANP's da Região Centro de Portugal. A partir da pesquisa documental em fontes secundárias constatou-se a utilização de indicadores para a gestão do turismo em ANP's. Assim, mediante a literatura consultada (Hughes, 2002; Li, 2003; WTO, 2004; Choy e Sirakaya, 2006) extraiu-se um conjunto de indicadores voltados para o turismo em ANP's que foram agrupados conforme as vertentes ambiental, social e económica da sustentabilidade.

Dessa forma, tornou-se possível averiguar se os gestores e técnicos (neste artigo chamados de *funcionários*) das ANP's estudadas valorizam de forma equilibrada os indicadores ambientais, sociais e económicos do turismo em ANP's ou se predomina uma maior sensibilidade em direção a uma vertente específica.

Aprofundando esta questão, identificaram-se na região de estudo dois tipos de áreas protegidas: as ANP's do turismo "massificado" e do turismo "não massificado" e, assim, procurou-se investigar se há diferenças de percepção por parte dos funcionários em

cada uma delas quanto aos indicadores analisados. Após a realização de observações exploratórias ou assistemáticas¹ e entrevistas com responsáveis pelas ANP's, verificou-se que pertencem ao tipo ANP do turismo "massificado", o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) e a Reserva Natural das Berlengas (RNB), uma vez que se constata um fluxo turístico concentrado em épocas específicas do ano e cuja procura apresenta motivações em torno de dois produtos turísticos tipicamente de massas, respectivamente, a neve e o sol/praias. Além disto, constatou-se a existência de muitos empreendimentos turísticos nas cidades vizinhas a estas ANPs (como por exemplo Seia e Manteigas no caso do PNSE e Peniche no caso da RNB).

Por outro lado, observa-se um conjunto de ANP's onde não há registro da massificação da procura turística, com pouca ou nenhuma infraestrutura de turismo e que, portanto, se enquadram no tipo ANP do turismo "não-massificado". Pertencem a este grupo: a Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM), Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI), Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (RNDJSJ), Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA), Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA). O Quadro 1 detalha estas duas tipologias.

Como técnica de recolha de dados elaborou-se um questionário aplicado aos gestores e técnicos das ANP's analisadas e que possuíam formação académica superior, conferindo um carácter quantitativo à pesquisa. A amostra obtida foi de 25

respostas válidas, o que correspondia, no âmbito destas ANPs, a um total de 75% dos funcionários com o perfil indicado. Nesta amostra, 48% dos inquiridos pertenciam às ANP's do turismo massificado e 52% às ANP's não massificadas. Há o predomínio de funcionários com tempo de serviço no Instituto de Conservação da Natureza (ICN) entre 11 a 20 anos (acima de 50%) e entre os demais, 20% apresentam-se com tempo de serviço entre 1 a 10 anos e 24% trabalham no ICN com tempo há mais de 20 anos. A formação académica predominante encontra-se na área da Biologia, (40% dos inquiridos), seguido da Engenharia Agrônoma (12%), Geografia (12%), Sociologia (12%), Turismo (8%); outras formações (16% – arquitetura, zootecnia, etc., com menos de 5% do total). Nesta amostra, 20% responderam que possuem pós-graduação.

Anteriormente à aplicação dos questionários, realizou-se um diagnóstico mediante a condução de entrevistas junto aos diretores das ANP's onde se confirmou que os técnicos destas ANP's frequentemente realizam atividades ligadas ao turismo, seja na orientação de visitas guiadas, nas práticas de educação ambiental ou na elaboração de materiais destinados à melhoria da experiência turística. Dessa forma, estes respondentes reuniram condições para uma maior validade das respostas.

O questionário aplicado apresentou 3 blocos temáticos que continham os indicadores associados à sustentabilidade do turismo em ANP's. O primeiro bloco apresentou os indicadores da vertente ambiental; no segundo bloco foram explorados os indicadores da vertente social e o último bloco reuniu os indicadores da vertente econômica. Assim, em cada

¹ Para Cervo e Bervian (2003:28), a observação assistemática ocorre de forma livre, espontânea, informal, simples ou ocasional.

Quadro 1 | Relação das ANP's analisadas neste estudo

Áreas Naturais Protegidas analisadas neste estudo	Tipologia
Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM) Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (RNDJSJ) Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA) Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA)	Turismo de natureza não massificado
Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) Reserva Natural das Berlengas (RNB)	Turismo de natureza massificado

Fonte: Elaboração própria.

bloco, os respondentes eram solicitados a registrar a sua opinião quanto à importância do indicador para a implementação da sustentabilidade do turismo de natureza em Áreas Naturais Protegidas.

Os respondentes avaliavam cada indicador sob a forma de uma “escala de atitude” do tipo *Likert*, com amplitude de 1 (nada importante) a 5 (muito importante). O programa *Statistical Programme for Social Science* – SPSS foi utilizado para a análise dos dados. Em síntese, recorreu-se à *estatística descritiva* para a análise de frequências, médias e desvio padrão. Na análise das respostas também se utilizou a *análise bivariada*, de forma específica, o *teste não paramétrico de Mann-Whitney*², comparando-se duas amostras independentes, representadas pelas ANP’s do turismo “massificado” e “não massificado”, e o *teste de Wilcoxon*³ para comparação de diferenças entre médias, o que possibilitou aferir a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os valores obtidos para as médias finais dos indicadores avaliados. Utilizou-se o nível de significância de 5% na decisão dos testes.

4.2. Resultados e discussão

O primeiro bloco do questionário investiga os indicadores da vertente ambiental analisados pelos técnicos e gestores das ANP’s estudadas. Os resultados estão ilustrados no Quadro 2, com exibição da Média e Desvio-Padrão obtidos para cada indicador.

A partir do Quadro 2, verifica-se que a média global para os indicadores da componente ambiental é de 3,94 e quatro indicadores se posicionaram acima desta média, ou seja, obtiveram percepções mais positivas: “quantidade de espécies em via de extinção e endêmicas que habitam a ANP” (média 4,6); “incidência de caça ou pesca ilegal” (média 4,2); “registros de pressões em espécies de fauna” (média 4,16); “quantidade de áreas na ANP com visita restrita/proibida ao longo do ano” (média 4,16). Esta avaliação revela uma preocupação acentuada dos funcionários com a *fauna dos parques e os possíveis impactos associados ao volume da visita*. E de modo semelhante, o questionário identificou a preocupação dos funcionários com a existência de locais restritos/proibidos a visita o que suscita a necessidade de um zoneamento para a visita turística. Por outro lado, os indicadores considerados de menor importância no grupo dizem respeito à “quantidade de incêndios registrados por ano” (média 3,52) e “danos causados às árvores” e “avaliação das condições balneárias” (igual valor com média 3,56). Há também preocupações com os impactos negativos ao solo das ANP’s, porém, com pontuações próximas à média do grupo.

² Pestana e Gagueiro (2005) esclarecem que o teste de Mann-Whitney é preferível para a comparação entre 2 grupos, quando há violação da normalidade ou quando a dimensão dos grupos é pequena, como é o caso deste estudo.

³ O teste de Wilcoxon é adequado para amostras pequenas, sendo capaz de descobrir, com maior probabilidade, as diferenças entre variáveis quando realmente existem. (Pereira, 2004).

Quadro 2 | Avaliação dos indicadores da vertente ambiental

Indicadores da vertente ambiental	Média e Desvio-Padrão
Quantidade de espécies em via de extinção que habitam a ANP	4,6 ± 0,91
Registos de caça ou pesca ilegais ao longo do ano	4,2 ± 0,87
Quantidade de áreas na ANP com visita restrita/proibida ao longo do ano	4,16 ± 0,99
Registos de pressões em espécies de fauna	4,16 ± 1,03
Quantidade de caminhos traçados fora da trilha original	3,88 ± 1,13
Pontos de erosão observados em trilhas, mirantes e outros locais visitados por turistas	3,84 ± 1,03
Número de danos causados à flora da ANP	3,56 ± 1,16
Avaliação das condições balneárias dos recursos aquíferos	3,56 ± 1,23
Número de incêndios registados por ano	3,52 ± 1,19
Média geral para os indicadores da vertente ambiental	3,94 ± 0,61

Fonte: Elaboração própria.

O segundo bloco de questões põe em relevo um conjunto de indicadores da vertente social da sustentabilidade. Os resultados encontram-se descritos no Quadro 3.

Para a vertente social (ver Quadro 3), a média global é de 3,51 e os indicadores que receberam avaliações acima da média global demonstram a preocupação dos *funcionários* das ANP's analisadas com a *experiência da visita turística*, mediante a disponibilidade de informações sobre os atrativos, a quantidade de visitantes na alta estação e a prática da visita guiada. Este resultado pode ser confirmado pelas médias obtidas para os indicadores "disponibilidade de informações aos visitantes sobre a ANP" (média 4,2), "avaliação do nível de satisfação dos visitantes" (média 3,95), "quantidade de visitantes na alta estação" (média 3,92) e "porcentagem de visitantes que realizam visitas guiadas" (média 3,84).

No entanto, observa-se a incidência de indicadores associados à comunidade local com graus de importância abaixo da média total do

grupo: "número de visitantes oriundos da população local" e "participação da ANP nas festas tradicionais da comunidade local" (médias iguais a 3,04); "quantidade de empregados da ANP oriundos da comunidade local" (média 3,05); "número de queixas da comunidade local com respeito ao comportamento de turistas" (média 3,2) e, por fim, "avaliação da satisfação da comunidade local com o turismo na ANP" (média 3,3). Assim, no âmbito dos indicadores da vertente social, há uma valorização maior de indicadores voltados para a experiência do turista quando comparado com indicadores que envolvam a comunidade e o turismo.

A avaliação sobre a vertente econômica da sustentabilidade registra média global de 3,36, sendo que as avaliações mais positivas baseiam-se nos indicadores que expressam a relação *do balanço custo versus benefício da atividade turística e suas implicações na conservação da ANP* e, por outro lado, os indicadores pior avaliados refletem os impactos econômicos da atividade turística sobre a população local (ver Quadro 4).

Quadro 3 | Avaliação dos indicadores da vertente social

Indicadores da vertente social	Média e Desvio-Padrão
Disponibilidade de informações aos visitantes sobre a ANP	4,20 ± 0,65
Avaliação do nível de satisfação dos visitantes	3,95 ± 1,08
Quantidade de visitantes na alta estação	3,93 ± 1,05
Porcentagem de visitantes que realizam visitas guiadas	3,84 ± 0,90
Avaliação da satisfação da comunidade local com o turismo na ANP	3,30 ± 1,33
Número de queixas da comunidade local com respeito ao comportamento de turistas	3,20 ± 1,22
Quantidade de empregados da ANP oriundos da comunidade local	3,05 ± 1,28
Porcentagem de visitantes oriundos da comunidade local	3,04 ± 1,21
Participação da ANP nas festas tradicionais da comunidade local	3,04 ± 1,27
Média geral para os indicadores da vertente social	3,51 ± 0,62

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4 | Indicadores da vertente econômica

Indicadores da vertente econômica	Média e Desvio-Padrão
Registo mensal dos rendimentos gerados pela visita à ANP	3,8 ± 1,04
Porcentagem dos lucros obtidos com o turismo e destinado à conservação	3,8 ± 1,22
Aumento na oportunidade de emprego gerado pela visita a ANP	3,64 ± 1,29
Montante anual gasto com operações voltadas para o turismo	3,52 ± 1,05
Custo mensal necessário à proteção dos recursos naturais	3,5 ± 1,05
Quantidade de empreendimentos locais que prestam serviços aos turistas na ANP	3,3 ± 1,39
Custo anual com publicidade para o turismo na ANP	3 ± 1,19
Monitorização da inflação na comunidade local	2,84 ± 1,14
Razão entre o n.º de empregados da ANP em contato direto com turistas e o n.º total de empregados	2,84 ± 0,85
Média geral para os indicadores da vertente econômica	3,36 ± 0,64

Fonte: Elaboração própria.

Hierarquizando-se as médias globais associadas aos grupos de indicadores, obtém-se o Quadro 5.

Neste ponto, aplica-se o teste não paramétrico de Wilcoxon, comparando-se a média obtida para os indicadores da vertente ambiental e as médias obtidas para as vertentes social e econômica. Conforme Quadro 5, os níveis de significância “p” entre a média da vertente ambiental e as médias das demais vertentes são inferiores a 0,05 e, portanto, apresentam diferenças significativas entre si.

Desta forma, os resultados são elucidativos quanto a uma maior importância atribuída aos indicadores associados à vertente ambiental da sustentabilidade por parte dos funcionários das ANP’s da região Centro de Portugal. Em sequência, pela atribuição da importância, têm-se os indicadores da vertente social e, por último, os indicadores da vertente econômica da sustentabilidade. Evidencia-se, portanto, um desequilíbrio entre as vertentes da sustentabilidade, com ênfase na função intrínseca das ANP’s, ou seja, uma maior preocupação com a conservação dos recursos naturais.

Continuando esta análise, avaliou-se também como se manifesta a importância atribuída aos indicadores de acordo com as duas tipologias de ANP’s encontradas na região: as ANP’s do turismo massificado e do turismo não massificado. Os resultados podem ser observados no Quadro 6.

Pelo exposto, apenas os indicadores associados à vertente ambiental da sustentabilidade possuem

uma apreciação equivalente tanto para as ANP’s do turismo “não massificado” como para o “massificado” ($p=0,911$, ou seja, $p>0,05$, portanto, sem diferença estatisticamente significativa). Para os demais grupos de indicadores, observam-se diferenças significativas entre as ANP’s do turismo “não massificado” e “massificado” (vertente social, $p=0,002$; vertente econômica, $p=0,031$, ambos com $p<0,05$, portanto, com diferenças estatisticamente significativas).

Em síntese, as ANP’s do turismo “não massificado” e “massificado” apresentam avaliações semelhantes apenas para a vertente ambiental da sustentabilidade. Para as vertentes social e econômica, os dois grupos de ANP’s possuem avaliações distintas.

A tendência para uma valorização mais positiva para os grupos de indicadores das vertentes social e econômica verifica-se na tipologia das ANP’s de turismo não massificado quando comparados às ANP’s do turismo massificado. Além deste resultado, observa-se um maior equilíbrio quanto ao grau de importância atribuída às três vertentes para a tipologia “não massificado” em relação à “massificado”. Dessa forma, conclui-se que o equilíbrio em torno da importância aos diferentes indicadores da sustentabilidade se manifesta de forma mais expressiva para as ANP’s do turismo não massificado.

Através das observações assistemáticas realizadas em campo e nas informações colhidas junto aos

Quadro 5 | Média final das avaliações dos indicadores (n=25)

Grupo de indicadores	Média Final	Valores de p: Teste de Wilcoxon (entre a vertente ambiental e as demais vertentes)
1.º Indicadores da vertente ambiental	3,94	—
2.º Indicadores da vertente social	3,51	0,03
3.º Indicadores da vertente econômica	3,36	0,01

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 6 | Importância atribuída aos indicadores conforme a tipologia das ANP’s. (n=25)

Indicadores	Não massificado	Massificado	Valor de p (Mann-Whitney)
	Média Total e desvio-padrão	Média Total e desvio-padrão	
Indicadores da vertente ambiental	3,99 ± 0,56	3,85 ± 0,72	0,911
Indicadores da vertente social	3,81 ± 0,57	3,05 ± 0,34	0,002
Indicadores da vertente econômica	3,59 ± 0,52	3,03 ± 0,69	0,031

Fonte: Elaboração própria.

gestores das ANP's, importa compreender que as ANP's do turismo "massificado", especificamente para o caso do Parque Natural da Serra da Estrela, estão sujeitos a maiores pressões por parte da indústria do turismo, a qual alia-se à base política local para pressionar os gestores das ANP's que permitem a construção de meios de hospedagem nos domínios da área protegida, muitos dos quais sem os seus devidos Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Esta realidade atua no sentido de concentrar as competências dos funcionários destas ANP's sobre os regulamentos e os estatutos direcionados para a conservação ambiental e, portanto, reforçam a valorização da vertente ambiental da sustentabilidade.

De igual modo, os impactos negativos já visíveis da visita turística nas ANP's do turismo "massificado" conduzem a maiores preocupações, por parte das suas equipas, sobre as questões associadas à conservação dos ecossistemas afetados por esta visita massiva. Considerando a visibilidade projetada por estas ANP's na sociedade, é de se esperar que haja uma sobreposição dos objetivos de conservação às demais vertentes da sustentabilidade.

No domínio das ANP's do turismo "não massificado", este estudo conclui que o desequilíbrio entre o grau de importância atribuído às vertentes da sustentabilidade se manifesta de forma menos acentuada. Nestas ANP's, o turismo encontra-se nos estágios iniciais do ciclo evolutivo, registrando-se uma aspiração no sentido de concretizar um turismo mais responsável, seletivo e com potencial para conjugar a convergência da conservação da natureza com o desenvolvimento socioeconómico. A maioria das ANP's do turismo "não massificado" localiza-se em zonas onde sobressaem os problemas conexos da ruralidade portuguesa e, mediante este quadro, reúnem-se condições para ampliar a sensibilidade dos funcionários para as questões de fórum socioeconómico. Observa-se, também, nestas ANP's, algumas iniciativas de instituições que realizam projetos visando à conciliação dos objetivos de conservação com a experiência da visita,

propiciando importantes contributos à educação ambiental e à sustentabilidade socioeconómica para as comunidades existentes a volta destas ANP's.

5. Conclusões

A revisão da literatura e dos documentos formulados pela Organização Mundial do Turismo apontam para a importância da utilização de um sistema de indicadores integrado ao processo de planeamento do turismo em Áreas Naturais Protegidas. Tal medida atua no sentido de reforçar a condução de ações que tornem sustentáveis os destinos do turismo de natureza.

Este estudo demonstrou que os funcionários das ANP's da Região Centro de Portugal possuem diferentes sensibilidades para os indicadores de sustentabilidade do turismo de natureza. Considerando os indicadores associados às vertentes ambiental, social, económica, os resultados são elucidativos quanto a um maior grau de importância atribuído aos indicadores da vertente ambiental em comparação às demais vertentes. Uma vez que os indicadores explorados refletem atitudes e práticas de gestão do turismo de natureza nas ANP's analisadas, observa-se, portanto, um desequilíbrio sobre os eixos da sustentabilidade, sobressaindo o predomínio da função intrínseca destas ANP's, ou seja, focaliza-se a conservação dos recursos naturais. Este desequilíbrio representa uma dificuldade para o alcance da sustentabilidade do turismo uma vez que a concentração no objetivo da conservação ambiental limita a satisfação das necessidades de outros envolvidos na atividade, a exemplo dos próprios turistas e da comunidade local.

No entanto, este desequilíbrio apresenta diferenças quando se compara a valorização dos indicadores no âmbito das ANP's do turismo "não massificado" e "massificado". Para os primeiros, os indicadores das diferentes vertentes da sustentabilidade apresentam graus de importância

mais equilibrados, enquanto para o segundo grupo, esta importância é desequilibrada, com avaliações mais elevadas em torno da vertente ambiental e menores graus de importância atribuída às vertentes econômica e social. Os impactos negativos resultantes da visita turística nas ANP's do turismo massificado pressionam as suas equipas a desenvolver maiores preocupações sobre as questões associadas com a conservação dos ecossistemas.

Por outro lado, um desequilíbrio menos acentuado é verificado nas ANP's do turismo não massificado. Há uma aspiração no sentido de aliar a conservação da natureza com desenvolvimento socioeconômico das regiões que estão à volta destas áreas, possibilitando que o turismo seja motor de desenvolvimento local, beneficiando as comunidades residentes nestas regiões.

O tema "sustentabilidade em turismo" ocupa exaustivos debates e discussões não apenas no âmbito da Academia mas também na indústria do turismo e outros setores da sociedade. Fundamentalmente, ainda pairam questões como: "de que maneira se efetiva na prática a sustentabilidade?"; "como ela pode ser alcançada?"; qual o seu significado?"; "o quanto e de que maneira o turismo pode contribuir para um desenvolvimento de destinos de modo sustentável?".

De uma forma geral, a sistematização de indicadores facilita a capacidade de mobilizar os esforços de gestão para o alcance da sustentabilidade, principalmente pela possibilidade de induzir preocupações mais holísticas aos gestores e técnicos das ANP's para além das questões associadas à conservação dos recursos naturais. O estudo apresentado neste artigo verificou que há uma maior valorização sobre os indicadores da vertente ambiental e, dessa forma, constata-se que a aplicação de indicadores no planeamento do turismo em ANP's deve abranger também as vertentes social e econômica da sustentabilidade. Esta prática deve ser utilizada independente do caráter massivo ou não massivo ou do turismo, devendo ser mais enfatizada nas ANP's do turismo massificado uma vez que apresentam uma maior tendência a concentrar seus esforços de gestão na vertente ambiental da sustentabilidade.

Bibliografia

- Boo, E., 2002, O planeamento turístico para áreas protegidas, *Ecoturismo: um guia para planeamento e gestão*, SENAC, São Paulo, pp. 31-56.
- Cervo, A.; Bervian, P., 2003, *Metodologia Científica*, Prentice Hall, São Paulo.
- Choy, H.; Sirakaya, E., 2006, Sustainability indicators for managing community tourism, *Tourism Management*, Vol.(27), pp. 1274-1289.
- Costa, C., 2001, An emerging tourism planning paradigm? A comparative analysis between town and tourism planning, *International Journal of Tourism Research*, Vol. 3, pp. 425-441.
- Diamantis, D., 2004, *Ecoturismo*, Thomson, London.
- Fennel, D., 1999, *Ecoturismo: an introduction*, Routledge, London.
- Figueiredo, E., 2003, *Um Rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*, Tese de Doutorado, Universidade de Aveiro.
- Hammond, J.; Keeney, R.; Raiffa, H., 1999, *Somos movidos a decisões inteligentes*, Campus, Rio de Janeiro.
- Hill, M.; Hill, A., 2000, *Investigação por questionário*, Sílabo, Lisboa.
- Hughes, G., 2002, Environmental Indicators, *Annals of Tourism Research*, Vol.29, N.º.2, pp. 457-477.
- Inskeep, E., 1991, *Tourism Planning: an integrated and sustainable development approach*, Van Nostrand Reinhold, New York.
- IUCN; UNEP, 2003, *United Nations List of Protected Areas*, Gland e Cambridge.
- Li, W., 2003, Environmental management indicators for ecotourism in China's nature reserves: a case study in Tianmushan Nature Reserve, *Tourism Management*, Vol 25, pp. 559-564.
- Lindberg, K.; Enrique, J.; Sprouli, K., 1996, Ecotourism Questioned, *Annals of Tourism Research*, Vol. 23(3), pp. 543-562.
- Manning, E., 2004, Indicators and risk management for ecotourism destinations, *Ecoturismo*, Thomson, London, pp. 73-88.
- McNeely, J., Ceballos-Lascurain, H., Thorsell, J., 1992, *Guidelines: development of national parks and protected areas for tourism*, Madrid (WTO) e Paris (UNEP).
- Pereira, A., 2004, *Guia prático de utilização do SPSS*, Sílabo, Lisboa.
- Pestana, M., Gagueiro, J., 2005, *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*, Sílabo, Lisboa.
- Pires, P., 2002, *Dimensões do ecoturismo*, SENAC, São Paulo.
- Richez, G., 1992, *Parcs Nationaux et tourisme en Europe*, L'Harmattan, Paris.
- Ross, S., Wall, G., 1999, Ecotourism: towards congruence between theory and practice, *Tourism Management*, Vol. 20, pp. 123-132.
- Wearing, S., Neil, J., *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*, Manole, São Paulo.
- Wilson, M., 1997, *The information edge: successful management using information technology*, Pitman, London.
- WTO, 1996, What tourism managers need to know: a practical guide to the development and use of indicators of sustainable tourism, Madrid.
- WTO, 1999, *Conta Satélite do Turismo: Quadro conceptual*, Madrid.
- WTO, 2004, Indicators of sustainable development for tourism destination: a guidebook, Madrid.